

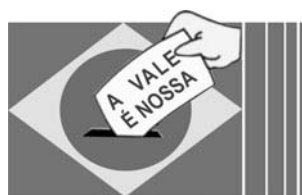


EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 19 - Nº 344 - DE 20 DE AGOSTO A 03 DE SETEMBRO DE 2007 - R\$ 2,00

**O plebiscito da Vale do Rio Doce:  
divisão interburocrática  
entre duas cédulas  
e eleitoralismo.**



PLEBISCITO POPULAR  
De 1º a 7 de setembro de 2007

**É preciso organizar a luta  
antiimperialista, pela reestatização  
sob controle operário**

**Jornada de Lutas da UNE:  
para apoiar o governo  
e pedir remendos  
nas suas políticas**

**Os estudantes têm de lutar  
pelo ensino público e gratuito  
para todos, laico, científico,  
vinculado à produção social.  
Pela estatização sem indenização  
de toda a rede privada, e sob  
controle dos que estudam  
e trabalham**

**A crise política e  
as tendências da  
economia mundial**



**Metalúrgicos-ABC:  
Que campanha  
unificada é essa?**

**Bolívia:  
o MAS e a direita  
são a mesma porcaria!  
Não serão capazes de  
dar pão e trabalho  
aos explorados!**

# As tendências da crise política

(Texto aprovado pela direção nacional do POR em 05/08/07)

## Impasses do governo Lula

Há um conjunto de medidas contra a vida das massas que está pronto para ser votado no Congresso Nacional. Entre elas estão a Reforma Sindical e Trabalhista, a Reforma da Previdência, a Reforma Fiscal (faz parte a Emenda 3) e a Reforma Universitária.

O governo Lula tem dificuldade de encaminhá-las na sua totalidade, embora conte com a maioria dos votos tanto na Câmara quanto no Senado. Novamente, está imerso na crise política em função das denúncias de corrupção, que iniciou com o envolvimento do PMDB e atingiu os grandes partidos oficiais. E, agora, com a crise do sistema aéreo.

Frações da burguesia, que se colocam no campo da oposição, e a imprensa burguesa fazem campanha denunciando a “incapacidade” de Lula de governar. Por outro lado, pressionam para que aprove as novas medidas da Reforma da Previdência; que implemente uma reforma fiscal, para reduzir os encargos sociais e os juros; que corte gastos por meio das demissões e da aplicação da emenda 1, que estende o arrocho salarial do funcionalismo para mais 10 anos; que imponha as fundações privadas nos serviços públicos e que amplie ainda mais a mercantilização da educação, pela via do ensino à distância.

Acossado pela crise política, Lula tem imposto as reformas pela via das medidas provisórias. O PAC, que é seu cartão de visita para o segundo mandato, esbarra com centenas de emendas no Congresso Nacional, com a morosidade na aplicação dos recursos que foram destinados, com a longa greve do Ibama e com divisões internas nos ministérios. O Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE), que se assenta nas avaliações externas e na avaliação de merecimento aos professores, encontra resistência por parte de alunos e trabalhadores da educação.

Portanto, o governo Lula, nesses oito meses, não pôde sequer pôr em ação seu programa. A oposição burguesa, por meio da campanha nos meios de comunicação, pretende criar um movimento a partir da classe média de rejeição ao governo.

## Resistência dos explorados

No primeiro semestre, o funcionalismo e os estudantes de vários estados saíram às ruas e protagonizaram greves, ocupações e manifestações. Em São Paulo, houve paralisação por tempo determinado de alguns setores operários em torno do apoio ao veto de Lula a Emenda 3, que escancara a precarização das relações de trabalho.

Correntes políticas, com maior inserção no movimento, como PSTU e PSOL, por meio da Conlutas e Intesindical, encabeçaram a maioria dos protestos. A CUT se viu obrigada a concordar com a manifestação do dia 23 de maio, mas limitou à bandeira do veto a Emenda 3.

Lula, diante do crescimento do número de greves do funcionalismo, encaminhou a regulamentação da lei anti-greve, que pune os sindicatos com multas e penaliza os grevistas através dos salários, das demissões e dos processos judiciais. Trata-se da lei que criminaliza as greves.

Serra impôs a SP-Prev, desconheceu a data-base do funcionalismo, prometeu impor a avaliação desempenho e exigiu que as universidades estivessem sob o controle direto da Secretaria do Ensino Superior. Nesse campo, não há diferença entre o governo Lula e o da oposição burguesa. Ambos servem aos interesses do capital e, por isso, estão obrigados a agir contra a vida dos trabalhadores e dos serviços públicos, entre eles a educação, saúde, previdência e moradia.

A resistência desses setores não pôde contar com a presença da classe operária. A grande maioria dos sindicatos

operários está nas mãos da CUT e Força Sindical. Ambas fazem parte do governo, ocupando o Ministério da Previdência e do Trabalho. Portanto, não são apenas correia de transmissão da política burguesa no seio da classe operária, mas são executores das medidas governamentais pela via ministerial. O governo Lula conta a seu favor com o apoio das Centrais, que impede que a classe operária seja protagonista das lutas contra as reformas antinacionais e antipopulares.

## Aspectos econômicos e possibilidade de crise

Dois aspectos econômicos têm favorecido o governo. a) os baixos índices de inflação e um crescimento (embora pífio) de empregos. b) os resultados positivos da economia mundial. A perspectiva de crescimento econômico de 4,5%, embora aquém das economias tidas como “em desenvolvimento” e de manutenção da política de juros altos, possibilitou o crescimento de investimentos estrangeiros diretos (IED).

Os dados mostram que somente no mês de junho, o Brasil recebeu mais investimentos que em todo ano de 2003. Em um ano, o IED atingiu quase 33 bilhões de dólares. Trata-se de um capital estrangeiro que é aplicado na maior parte em compra e fusões de empresas. Um rio de dinheiro, só comparado à época de privatizações das estatais.

Esse fenômeno se deve em grande parte a liquidez de dinheiro no mercado financeiro internacional e a garantia dada pelo governo de que seguirá a linha mestra dos organismos imperialistas, que é a manutenção do superávit primário, pagamento pontual dos juros da dívida, corte de recursos estatais aos serviços essenciais e sustentação da privatização.

A combinação desses aspectos dão credibilidade ao governo, que alcançou

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.**

**Discuta nosso programa.**

**CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO**

altos índices de popularidade e de confiança aos grandes investidores, que procuram tirar vantagens dos juros altos e da abertura para a penetrar em ramos estratégicos da economia, como a mineração.

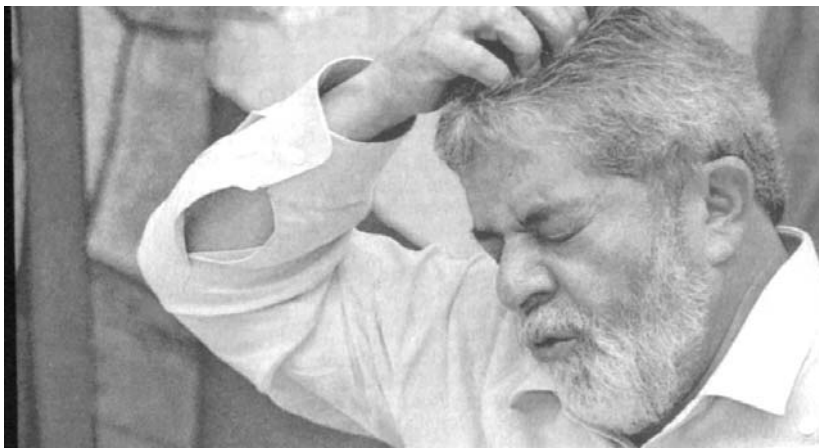
Mas esse quadro conjuntural não está imune aos abalos que poderão ocorrer em função da desaceleração da economia dos Estados Unidos e do aumento crescente do capital financeiro parasitário.

### Combater com ação direta

Tudo indica que o governo e os patrões tentarão impor medidas de arrocho salarial e de destruição de conquistas sociais (flexibilização do trabalho). As campanhas salariais do segundo semestre, entre elas a dos metalúrgicos, dificilmente poderão quebrar a política da burocracia sindical, que é a dos acordos por empresa e de não reposição de perdas passadas. Se não houver uma ação mais contundente por parte dos capitalistas, a tendência é a burocracia sindical aceitar as imposições do patronato sem luta.

Há o argumento de que a indústria automobilística está indo bem e contratando. Para a burocracia, não importa que os salários sejam menores e os direitos afetados. Por outro lado, as direções sindicais pretendem realizar uma campanha contra algumas medidas governamentais, por meio de um plebiscito. Para isso, houve uma plenária nacional da Assembléia Popular (junho), na qual fez parte a Conlutas, MST, Intersindical, Consulta Popular etc, que aprovou a realização do plebiscito com quatro questões (anulação do leilão da Vale do Rio Doce, contra o pagamento da dívida externa, contra o aumento das tarifas públicas e contra a reforma da previdência).

A burocracia da CUT não se opôs ao plebiscito, mas não concordou que contivesse outras questões além da pergunta sobre a Vale do Rio Doce. Diante da divisão, a solução encontrada foi fazer duas cédulas, uma para a CUT/PCdoB/UNE



*O governo Lula sofre com a crise política e a luta interburguesa*

e a outra para os agrupamentos que defendem as 4 questões. Como encaminhamento, foi tirada a proposta de “disputar na base” o modelo de cédula do plebiscito.

Os setores agrupados em torno da Conlutas dizem que o plebiscito é um meio para preparar a marcha de outubro em Brasília. O fato é que o plebiscito é uma forma distracionista diante da necessidade de organizar a luta unitária do campo e da cidade contra as medidas governamentais.

Trata-se de um plebiscito completamente alheio às necessidades das massas, que têm por base o emprego, o salário e a terra.

Não será com artifícios democráticos, criados pela cúpula burocrática, que em grande parte apóia o governo, que se mobilizará os explorados. Pelo contrário, já tivemos experiências com esse tipo de manobra que fracassou – o governo ignorou e as cédulas não serviram de organização da luta direta. Por isso, o resultado das urnas não significará avanço da luta coletiva dos trabalhadores.

O crescimento da ação direta dependerá não só do teor das medidas violentas do governo, mas também do combate contra a política da burocracia sindical. A divisão em torno da cédula do plebiscito revela as disputas interburocráticas, que nada têm a ver com as necessidades das massas trabalhadoras.

### O POR diante do plebiscito

O método do plebiscito é o da democracia burguesa (consulta por meio do voto). Por princípio, o partido não é con-

tra o método do plebiscito. Os revolucionário devem usá-lo quando as massas em movimento colocam a necessidade de usá-lo para desmascarar os governos, impor suas reivindicações e denunciar o saque imperialista.

Não é o que ocorre com esse plebiscito proposto pelas direções sindicais. Nesse caso, há ainda três agravantes: a) a CUT, PCdoB, MST, UNE, portanto as forças

majoritárias, que aceitam o método do plebiscito (discordam de três questões) são apoiadores do governo e trabalham para que o movimento social não enfrente as reformas e outras medidas de ataque às massas trabalhadoras. Portanto, sequer têm a pretensão de usar os dados colhidos para impulsionar a luta contra a privatização. b) no momento em que se realizará a campanha pelo plebiscito, as direções burocráticas estarão enterrando as campanhas salariais dos metalúrgicos e de outros setores que têm data base nesse segundo semestre. c) as questões propostas não se referem diretamente as reivindicações vitais dos explorados, que é o salário, o emprego e os direitos trabalhistas.

Tudo leva a crer que a Conlutas está aproveitando o plebiscito para potenciar o seu chamado de constituição da frente de esquerda eleitoral, que está manifestado no chamado ao PSOL. A direção sindical centrista (PSTU), embora com o argumento de que o plebiscito servirá para potenciar a marcha a Brasília em outubro, estará empenhada na ampliação da frente de esquerda com setores descontentes com o reformismo petista e, em especial, às lideranças da Intersindical.

Por isso, não há razões para apoiar o plebiscito. O partido continuará atuando na defesa das reivindicações das massas oprimidas e na defesa do método da luta de classe. A campanha nossa é pela convocação de assembléias gerais, unificação das lutas, formação dos comitês nos bairros. E de denúncias das burocracias sindicais que apóiam o governo e fazem acordos traidores com o patronato.

## Confirmam-se as tendências da crise mundial

No Jornal Massas 342, de 10 de julho, o Partido Operário Revolucionário (POR) publicou um artigo sobre as tendências da economia mundial, onde expõe as contradições insolúveis do capitalismo. Mostrou o excesso de liquidez no mercado especulativo, fonte de crises instantâneas e constantes, materializadas no alto volume de capital volátil sem correspondência direta com a produção de mercadorias. Assinalou o aumento das fusões bancária e industrial, ocasionando monopólios cada vez mais gigantes. Analisou os impasses da maior economia do mundo, os Estados Unidos. E concluiu que os riscos de quebradeiras e as alterações na economia norte-americana atingiriam de conjunto a economia mundial.

Agora, um mês depois, a crise explodiu e teve como epicentro os Estados Unidos. As “soluções” para a crise, nos marcos do capital, são limitadas e, o mais grave, geradoras de crises mais profundas. O que confirma a tese marxista de que o capitalismo, na fase imperialista, é de agudização de suas contradições e de desagregação.

### Estopim da crise

A crise explodiu em agosto. O estopim foi a quebra no mercado imobiliário dos EUA. Os analistas burgueses expuseram o acontecimento como se fosse uma fratura que seria corrigida pelas próprias leis de funcionamento do mercado financeiro. Explicaram que se tratava apenas de uma “bolha” especulativa. Com isso, queriam dizer que a crise atingia limitadamente os fundos e bancos que praticaram excessos. No entanto, começa-se a prever que o comprometimento de liquidez é mais amplo e poderá se converter numa crise mundial. A recessão nos EUA desponta como consequência do esgotamento do crescimento artificial.

O fato é que o governo americano facilitou a compra de imóveis por meio do crédito “fácil” (juros baixos), pelo qual, por exemplo, o valor da entrada na compra do imóvel (na época 20%) foi extinta. Os prazos de financiamento foram esticados. Os bancos que financiavam os compradores, a partir de 2001, repassa-



ram os empréstimos para os bancos de investimentos, que os transformaram em títulos por hipotecas e que por sua vez os revenderam para os grandes investidores. Assim, o credor inicial do imóvel recebia o dinheiro do repasse e o usava para outros financiamentos.

Os “riscos” dessa jogatina são classificados por agências, como a Moody’s. Porém, tais agências são mantidas pelos bancos de investimentos, que por sua vez têm interesses em segurar os compradores desses títulos. Com o crescimento das inadimplências, o efeito foi em cascata. E as consequências atingiram as Bolsas de Valores de todo o mundo, que de um dia para outro queimaram centenas de bilhões de dólares.

O banco central dos EUA (FED) usou o crédito facilitado com o objetivo de dar um impulso na economia. A construção civil deu um salto, somas volumosas de dinheiro dos bancos de investimentos foram atraídos e camadas da população e setores imobiliários arrastados. Os fundos de investimentos ao comprar papéis da dívida imobiliária tinham seus ganhos de acordo com os riscos de tais papéis (quanto mais arriscado, mais lucrativo). O prenúncio da crise forçou os cotistas a retirar parte do dinheiro que estava investido e os fundos ficaram obrigados a vender ações e títulos da dívida de países, causando a queda brusca nas bolsas.

A intervenção do Banco Central norte-americano de redução dos juros em meio ponto percentual, uma semana após o início da crise, mostra que os dirigentes da instituição financeira chegaram à conclusão de que não se trata de um mero “estouro da bolha”, mas de uma crise que necessita maior intervenção da cabeça do capital financeiro mundial.

Frente à crise, o governo norte-americano subsidia o capital financeiro e atua no sentido de reduzir o crescimento artificial. E aí as consequências também são drásticas para o mundo, em função da grande fatia do mercado mundial sob o controle dos EUA.

A receita do FED para estancar a sangria é elevar os juros, o que causará um efeito contrário, reduzindo o crescimento econômico, desacelerando o ímpeto dos consumidores e investidores. Mas os resultados são penosos para o país e para as economias dos que dependem dele.

### EUA, centro da crise

O PIB dos EUA é de 12 trilhões de dólares, significa 28% do PIB de todo o globo. Possuem a maior fatia do comércio mundial e seus monopólios estão presentes em toda parte.

A fortaleza dos EUA, que se ergueu sob a égide do capitalismo na sua fase imperialista, revela as contradições de um sistema em decomposição. O portentoso PIB não é suficiente para equilibrar o orçamento do Estado – os gastos são maiores do que a receita. Há uma previsão de déficit (antes da crise) de 354 bilhões de dólares, para 2007. Situação que se repete há mais de cinco anos. Para manter o poderio militar no mundo, estima-se a queima de 439 bilhões de dólares – um acréscimo de 7% nas despesas com o custo das guerras e ocupações. Há o desequilíbrio na balança comercial, os EUA importam mais do que exportam. O que provoca gigantescos saldos negativos. Financiam os déficits com empréstimos externos.

Como medidas, o governo amplia o intervencionismo econômico sobre os países semicoloniais (os chamados acordos de livre-comércio), forma de potenciar sua indústria. Promove o expansionismo militarista, objetivando o controle sobre fontes de matérias-primas. Capta recursos por meio da emissão de títulos do Tesouro, que são adquiridos pelos bancos centrais de países como a China.

Como se vê, um tremor econômico, como esse que vivemos, revela a fragilidade e os artificialismos que sustentam a

maior potência do planeta.

## **A crise das Bolsas**

Em poucos dias, as Bolsas do mundo despencaram. Bancos asiáticos e europeus são atingidos e, com isso, o sistema financeiro internacional está em convulsão. Isso vem à tona como um raio, pois os indicadores para a economia mundial eram otimistas e demonstravam relativa estabilidade, a ponto do BIS (Banco de Compensações Internacionais), no mês de junho, usar a expressão “era dourada”. Nem bem terminou o prognóstico, explodiu a crise americana.

A crise ocorrida nos EUA em 1987 ainda permanece na memória do país e do mundo. A quebra da Bolsa de Nova York e as falências que se seguiram no sistema bancário consumiram 600 bilhões dólares. A recessão norte-americana afetou de conjunto a economia mundial. O sinais positivos da economia dos EUA só vieram na década de 90, quando o Japão e Europa entraram numa fase de estagnação.

Logo em seguida, veio a quebradeira do México (1994), resultado da abertura econômica e do crescimento das importações. O crescente endividamento do país provocou a debandada dos investidores estrangeiros e, de uma hora para outra, teve sua moeda desvalorizada em 40%. O efeito chamado Tequila se espalhou por vários países, principalmente para as semicolônias.

Em 1997, os Tigres Asiáticos (Coréia etc) foram sacudidos. O crash nas bolsas provocou a quebra de bancos, seguradoras e indústrias. Estima-se que mais de 1 trilhão de dólares foi destruído. As conseqüências só não foram mais drásticas em função da intervenção do FMI, que “financiou” a crise dos Tigres Asiáticos.

Um ano depois, foi a vez da Rússia. O governo (Ieltsin) declarou moratória da dívida externa e as bolsas de valores do mundo tiveram quedas. Para amenizar os estragos, o FMI e os bancos imperialistas despejaram 22 bilhões de dólares.

Na presente crise, assim que o BNP Paribas da França expôs a sua falência, os bancos centrais das potências injetaram no mercado cerca de 200 bilhões de dólares. A maior empresa de financiamento imobiliário dos EUA – a Countrywide – foi socorrida pelos ban-

cos JP Morgan e Barclays, com empréstimo de 11,5 bilhões de dólares. Estima-se que as maiores empresas tiveram uma queda em suas ações no valor de 1,612 trilhão de dólares.

Observamos que, nas últimas décadas, ocorreu uma seqüência de crises. O capitalismo se recupera, mas acumula contradições que potenciam novas crises. As crises não foram debeladas, ao contrário, têm retomado num patamar superior.

## **Efeitos da crise americana no Brasil**

O Ministro da Fazenda, Guido Mantega, e Lula procuram alimentar otimismo, evitando assim a revoada de investidores estrangeiros e a venda de ações pelos cotistas. Apóiam-se no argumento de que o país está mais sólido do que estava nas crises anteriores, com uma reserva de 160 bilhões de dólares, que poderá ser usada para evitar a desvalorização abrupta do Real e manter a garantia do pagamento das dívidas interna e externa. Dizem que as exportações continuarão garantindo a entrada de dólares, em função do comércio com a China.

As baixas na Bolsa de Valores de São Paulo indicam o caminho inverso. O fato da Bovespa perder 1,9 bilhão, em quinze dias, pela saída de investidores estrangeiros mostra o quanto é dependente da situação financeira mundial. A brutal desvalorização das ações das maiores empresas brasileiras e de bancos expõe a especulação e a fragilidade da Bovespa. Avalia-se que, entre 10 de julho e 16 de agosto, o grande capital nacional sofreu uma desvalorização de 273 bilhões de dólares.

Os exportadores, que reclamavam do governo Lula a sobrevalorização do real diante do dólar, viram em poucos dias o dólar pular de R\$ 1,90 para R\$ 2,10, enquanto sua situação no comércio mundial piorou: a variação dos preços das matérias primas internacionalmente afetou profundamente as exportações brasileiras. Ao mesmo tempo, as importações acabaram sendo prejudicadas pela alta do dólar. O que comprova que a crise não é decorrente meramente de um acerto ou desacerto de política governamental, e sim das tendências mais pro-

fundas e das contradições fundamentais da economia capitalista.

Esses fatores indicam que o Brasil não ficará imune à crise. O governo propagandeia otimismo porque a crise ainda não tem como ser claramente dimensionada. O maior perigo reside numa recessão dos EUA e sua extensão mundial.

## **O fundamental da crise**

1. Na base do capital financeiro parasitário, do jogo especulativo, do incentivo artificial ao crescimento econômico e da crise que se manifesta está a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção monopolistas. A tremenda acumulação de capital na forma de dinheiro não pode, em grande medida, se converter em capital produtivo. Por mais que as potências tenham pressionado para a abertura de mercados e por mais que a restauração capitalista na ex-União Soviética, China e Leste Europeu tenha facilitado a expansão do capital, as forças produtivas não puderam avançar de acordo com as possibilidades do capital acumulado. Pelo contrário, agigantou-se ainda mais o capital financeiro e recrudescer o poder dos monopólios (fusões). Com a impossibilidade de aplicação maciça do capital financeiro na produção (abertura de novas indústrias etc), avolumou-se a via parasitária. A contradição entre as forças produtivas e as relações de produção conduz às crises e à desintegração do capitalismo. Esta só pode ser resolvida pela revolução proletária, que transformará a propriedade monopolista privada em propriedade socialista e unirá as nações em um sistema único comunista.

2. A crise financeira se converterá em crise da indústria e do comércio. O que repercutirá violentamente sobre a vida da classe operária e da maioria oprimida. Os capitalistas se vêem obrigados a aumentar ainda mais a taxa de exploração e a destruírem maciçamente postos de trabalho. As condições mundiais dos explorados – e, particularmente, no Brasil – já são terríveis. A resposta do proletariado tem de ser o Programa de Transição da IV Internacional. Este une as reivindicações mais elementares de salário e emprego com o programa socialista de destruição do capitalismo.

## Plebiscito dividido

Entre os dias 1 e 7 de setembro ocorrerá o plebiscito promovido pela CUT, MST, CONLUTAS, INTERSINDICAL, UNE, UBES, PASTORAIS e partidos, como PCdoB, PSTU, PSOL e correntes do PT. Duas cédulas serão apresentadas à população.

Uma da CUT, UNE e UBES, apoiada pelo PCdoB e correntes do PT, que conterá apenas uma pergunta: "Em 1997, a Companhia Vale do Rio Doce – patrimônio construído pelo povo brasileiro – foi fraudulentamente privatizada, ação que o governo e o poder judiciário podem anular. A Vale deve continuar nas mãos do capital privado?"

Outra da CONLUTAS, INTERSINDICAL, MST, PASTORAIS, PSTU e PSOL, contendo 4 perguntas: 1. "Em 1997, a Companhia Vale do Rio Doce – patrimônio construído pelo povo brasileiro – foi fraudulentamente privatizada, ação que o governo e o poder judiciário podem anular. A Vale deve continuar nas mãos do capital privado?"; 2. O governo deve continuar priorizando o pagamento dos juros das dívidas externa e interna, em vez de investir na melhoria das condições de vida e trabalho do povo brasileiro?; 3. Você concorda que a energia elétrica continue sendo explorada pelo capital privado, com o povo pagando até 8 vezes mais que as grandes empresas?; 4. Você concorda com uma reforma da Previdência que retire direitos dos trabalhadores?"

Como se pode ver, a CUT e a CONLUTAS estão unidas quanto à primeira pergunta, não só quanto à forma como também quanto ao conteúdo.

No início, a proposta era de um plebiscito em torno da Vale, que deveria culminar com o Grito dos Excluídos, que a Igreja realiza tradicionalmente na Semana da Pátria. Com a formulação de outras questões, estabeleceu-se a divergência.

Diante da divisão, sob apelo de João Pedro Stédile, do MST, de se manter a



*Plebiscito eleitoreiro, disputa interburocrática*

unidade, recorre-se à sabedoria salomônica de duas cédulas. A CUT/UNE e seus alinhados são pró-governistas; a CONLUTA/INTERINDICAL e seus alinhados são oposicionistas. O MST é governista e oposicionista. Essa divisão não os impediu de se unirem em torno do plebiscito e da pergunta sobre a Vale. São contingências da política democrática pequeno-burguesa e burguesa.

A CUT quer reforçar uma ala do governo e do PT e se voltar para setores burgueses que acham que a Vale é estratégica para a defesa nacional; e a CONLUTAS quer fazer oposição a Lula no campo da democracia. O PSTU se aproveita das posições nacionalistas de setores da Igreja e do MST, alinha-se por detrás delas e procura tirar vantagem.

### **Não se trata de luta proletária pela reestatização**

A bandeira da reestatização, da recuperação das estatais privatizadas, é parte do programa de expropriação do grande capital sem indenização e pelo controle coletivo da produção. Trata-se da luta revolucionária da classe operária e dos demais explorados contra a burguesia nacional entreguista e contra o imperialismo.

O Plebiscito considera que foi fraudulenta a privatização e pede ao gover-

no e a justiça que anulem a venda. Foi fraudulenta, como foram todas as demais privatizações (setor de energia, telefonia, petroquímica, rodovias etc). O problema não está se foi mal vendida ou não, mas sim no fato de resultar do entreguismo pró-imperialista e pró-monopólio.

Por que a CUT aceita a forma do plebiscito e o conteúdo de anulação da venda da Vale por ter sido uma fraude do governo Fernando Henrique Cardoso? Por se tratar da disputa eleitoral com o PSDB e sua aliança. Na campanha presi-

dencial, Lula criticou a venda fraudulenta, acusando a política do adversário eleitoral. Assim, verifica-se que a participação da CUT, UNE e PCdoB tem um objetivo claramente eleitoreiro, de disputa com o PSDB, governo anterior responsável pela venda da Vale. Enquanto o PSTU e o PSol pretendem travar a disputa eleitoral contra o atual governo de Lula, por isso mantêm as três outras questões, que criticam aspectos da atual política governamental.

A CUT obteve no Tribunal Regional Federal, de Brasília, que acatasse o pedido de "nulidade da avaliação do valor da venda da Vale", com o argumento de foi leiloada por R\$ 3,3 bilhões, quando valia R\$ 100 bilhões. Por isso, assim defende o conteúdo do plebiscito: "a bandeira pela retomada do patrimônio público reflete nossas posições históricas contra as privatizações das empresas estatais e pelo fortalecimento dos instrumentos estatais de promoção e financiamento do desenvolvimento".

O PSOL, em sua campanha "A Vale é Nossa", se coloca nos mesmos termos, com a diferença que pretende "desmascarar o governo do PT".

O PSTU, no seu panfleto "Diga não ao roubo de nosso patrimônio e dos nossos direitos", explica que a Vale valia R\$ 92,64 bilhões e foi vendida por R\$ 3,3 bilhões. E fundamenta: "Atualmente vári-

as ações judiciais reivindicam o cancelamento do leilão". Apela: "A Vale é um patrimônio do povo brasileiro e não pode continuar nas mãos do capital privado". Desde quando uma empresa, por ser estatal, é do "povo brasileiro"?

O nacionalismo burguês, hoje extremamente debilitado, promove o Plebiscito. Não por acaso, apóia-se nas ações judiciais e isola a Vale das demais privatizações.

O centro do plebiscito é a Vale – o que une CUT, UNE, CONLUTAS, MST, PT, PSOL, PSTU. Sob posições nacionalistas, não se pode travar a luta para que a classe operária tome a frente do combate pela recuperação das estatais, sob o controle coletivo. Essa luta só pode se realizar sob a posição proletária de reestatização sem indenização e controle operário de todas as estatais privatizadas.

### A cédula de 4 perguntas

A segunda formulação refere-se à dívida externa: "O governo deve continuar priorizando o pagamento dos juros da dívida externa e interna, em vez de investir na melhoria das condições de vida e trabalho do povo brasileiro"?

As dívidas externa e interna colo-

cam a luta contra o imperialismo e contra o capital financeiro nacional. Para demonstrar aos explorados a submissão da burguesia nacional aos banqueiros internacionais e o parasitismo dos banqueiros nacionais, levantamos a bandeira de "não pagamento da dívida" e para responder à tarefa de soberania e fim do parasitismo a bandeira de "expropriação sem indenização do capital financeiro", como parte da luta geral pela expropriação do grande capital. A pergunta é sobre "prioridade". Priorizar é continuar pagando, só que de forma secundária. Destitui-se assim o conteúdo da subserviência, do parasitismo e da espoliação.

A terceira: "Você concorda que a energia elétrica continue sendo explorada pelo capital privado, com o povo pagando até 8 vezes mais que as grandes empresas"? Está bem que se denuncie a exploração sobre a população e os privilégios dos capitalistas. Mas a questão tem a ver com a reestatização sob o controle coletivo, como a da Vale. Mesmo que a população pagasse o mesmo que as grandes empresas, ainda estaria colocado o problema da reestatização.

A quarta chama a população a dizer não à reforma da Previdência. É a per-

gunta corretamente formulada e permite a luta clara contra a ação governamental. No entanto, desta forma, é limitada por não estabelecer a ligação da reforma da previdência com as demais reformas neoliberais, que têm de ser combatidas no seu conjunto. Além disso, a pergunta se encontra subordinada às demais formulações inaceitáveis. A divisão das cédulas acaba sendo uma farsa proveniente da disputa interburocrática. Não existe nenhuma disputa ao redor do plebiscito que se travará nas bases, somente no âmbito das direções sindicais. O plebiscito e sua forma (1 ou 4 questões) é uma questão de disputa no interior da burocracia sindical, não tem nada a ver com as massas.

### Organizar a luta direta

O uso incorreto desse instrumento democrático, que é o plebiscito, não auxilia a ação direta. Ultimamente, vêm ocorrendo inúmeras lutas no campo e na cidade. A tarefa consistia e consiste na convocação de uma plenária nacional e assembleias para responder com ação direta as necessidades das massas. Fora desse embate classista, o plebiscito não servirá à causa do programa e da organização dos explorados.

## Bahia

# Subserviência dos movimentos sociais à política do PT

Foi realizado em Salvador, no início de agosto, o II Fórum Social Nordeste (FSNE) – "Por outro Nordeste é possível" – contou com uma ampla participação de movimentos sociais dos nove estados nordestinos. O Fórum tratou de questões relativas à transposição do Rio São Francisco e à construção de um modelo de desenvolvimento alternativo para a região. Outro tema abordado referiu-se à criminalização dos movimentos e combate as discriminações.

As discussões não saíram da superficialidade. Os organizadores do Fórum tinham o objetivo de referendar a posição petista sobre as "políticas compensatórias e afirmativas". Nada que se colocasse contrário à linha do governo Lula. Por isso, foi distracionista e festivo.

Portanto, a essência dos debates era



Wagner foi vaiado no início de julho

discutir formas pacíficas de conviver com o capitalismo e "alternativas para um desenvolvimento sustentável" - fraseologias mais usadas no evento.

O grupo Crítica Radical (do Ceará) se fez presente, com o intuito de vender o livro "As aventuras da mercadoria: por uma nova crítica do valor". Usou alegorias para reforçar o tom festivo - enormes bonecos, máscaras e músicas.

Os movimentos sociais foram arrastados para o diversionismo e usados para reforçar a política de submissão ao capitalismo e ao governo pró-imperialista de Lula. A ausência do partido revolucionário inserido nesses movimentos é um problema e uma tarefa que têm de ser resolvidos. Sem a presença do partido-programa, os movimentos sociais estarão à mercê dos politiquês, dos acadêmicos e dos anti-marxistas.

# Burguesia ataca servidores com campanha contra estabilidade

Em 14 de agosto, os jornais alardearam que os deputados pretendiam aprovar a Proposta de Emenda Constitucional nº 54/1999, efetivando cerca de 260 mil servidores “sem concurso público”. Reclamavam que se tratava de um “grande trem da alegria”, em que apadrinhados dos políticos seriam efetivados. Essa não é a primeira manifestação contra essa proposta. Vira e mexe, essa PEC é alvo de requerimentos dos deputados para que seja votada, sobretudo de uns quatro anos para cá. Toda vez que isso ocorre, a burguesia e sua imprensa protestam contra o direito à estabilidade. Agora, a campanha se intensificou porque Arlindo Chinaglia (PT) a colocará em votação.

A campanha burguesa gerou confusão entre os parlamentares. Mas as direções sindicais pressionam pela votação, porque pode significar a extensão desse direito aos estados e municípios.

## Burguesia reclama da “estabilidade”

A ofensiva imperialista (FMI, Banco Mundial) para cortar “gastos” em função do pagamento da dívida externa tem provocado demissão de milhares de servidores públicos, o arrocho salarial e o retardamento da aposentadoria.

O dito “cabide de empregos”, com altos salários, só existe para uma minoria de burocratas, seja do chamado poder executivo, legislativo ou judiciário. A maioria vive com salários miseráveis e enfrenta a precarização das condições de trabalho. Os privilegiados são justamente os membros da burguesia no Estado.

Para a classe exploradora, não importa esta realidade. Sob a bandeira da “ética”, da “moralidade”, do “combate à corrupção” e outras hipocrisias, exige que os governos demitam e retirem direitos. Daí espernear com medidas que possam garantir o emprego, mesmo que isso não vá gerar nenhum gasto a mais que o atual.

Na mesma linha, uma parcela da pequena burguesia aderiu à campanha encabeçada pela Associação Nacional de Proteção e Apoio aos Concursos (Anpac), contra a PEC 54. Segundo esta associação, os chamados “concurseiros” rechaçam a efetivação e concessão de estabilidade aos trabalhadores não-concursados. Para eles, somente aqueles que estudaram e estão “preparados” podem ter este “privilégio”.

## A realidade da PEC 54/1999

Na realidade, a PEC 54 é bastante limitada no que diz respeito aos direitos dos servidores públicos. Em primeiro lugar, ela não cria a estabilidade e sim um *quadro temporário em extinção*, que inclui servidores contratados não efetivos, inclusive os estáveis. Ao perderem seus cargos/empregos, estes servidores não poderiam mais retornar ao serviço público, a não ser pela efetivação por concurso. Não teriam nenhuma vinculação com o Estado, nem acesso a outro quadro de pessoal (emprego em área pública diferente da que trabalhou), nem concorrer ao plano de carreira, nem poderiam requerer direitos e vantagens.

Esse quadro temporário teria um caráter transitório, pois conforme forem vagando os cargos haveria uma extinção dos mesmos. Eliminar-se-ia, assim, a possibilidade de contratação do servidor temporário com o fim dos cargos que exigiriam essa mão-de-obra. Desta forma, a PEC 54 implica no fechamento de postos de trabalho.

Além disso, os servidores que fizessem parte deste quadro temporário estariam sujeitos à Lei Camata, podendo perder o emprego caso haja necessidade de redução de gastos com pessoal.

As emendas feitas a esta PEC é que colocaram o problema da estabilidade. Porém, no máximo, o que existe é uma proposta de considerar estáveis não só àqueles que estão no serviço público desde 1983 (5 anos antes da promulgação da atual Constituição) e sim àqueles que nele estavam desde 1988. Isso significa que, a tão temida estabilidade dos servidores, o “trem da alegria”, seria para os servidores que trabalham há quase 20 anos, os mais novos estão fora. Mas ainda, tanto a Anpac, como o deputado burguês autor da PEC 54 (Celso Giglio, atualmente do PSDB), bem como outros representantes da burguesia, querem o texto original, sem emendas.

Há outras emendas no sentido de garantir que os servidores “emprestados” de uma esfera pública para outra (da municipal para a federal, por exemplo) e sejam já efetivos possam garantir tal efetivação onde estão. Mas, há dúvidas quanto à possibilidade de aprovação desta medida.

Os reclamos da burguesia, da pequena burguesia e da imprensa, portanto, alteram radicalmente o foco da questão para aqueles que vivem do salário e que, portanto, dependem do emprego: o problema é que esta PEC não garante o necessário aos servidores, que é o emprego.

## Burocracia usa a PEC 54 para fazer demagogia

A burocracia sindical reformista do PT sempre rechaçou a estabilidade, bem como a burocracia centrista do PSTU. Agora, tentam mascarar suas posições com a defesa da PEC 54.

Na APEOESP, em 2005, numa assembléia em que apenas as correntes de oposição mais radicalizadas defenderam a estabilidade, a corrente Articulação Sindical do PT dividiu o microfone com a corrente Alternativa, quando coube a um membro do PSTU dizer que “a estabilidade é uma forma de cabide de empregos” e que eles eram contra isso. Ainda em 2005, no bojo da luta contra um projeto de lei do governo estadual, que ameaçava demitir cerca de 130 mil professores e outras centenas de servidores, as correntes de oposição conseguiram em uma assembléia (14/10) a aprovação da ESTABILIDADE PARA TODOS, INDEPENDENTE DA LEI E DO TEMPO DE SERVIÇO.

Essa vitória das correntes de oposição mais radicalizadas, incluindo a Corrente Proletária da Educação (ligada ao POR), foi fruto de um avanço da consciência da vanguarda dos professores em luta. Foi por meio do ataque do governo e do enfrentamento que perceberam a necessidade desta medida.



Ignorando o que foi aprovado, entretanto, como é típico dos burocratas, para não organizar a luta contra os governos, a diretoria da APEOESP tirou da manga a PEC 54, dizendo que ela “garantirá a estabilidade dos servidores”.

Mas não pára aí. A Articulação diz que a PEC em questão vai assegurar a estabilidade para aqueles que já estão há 10 anos no funcionalismo público, quando não há nenhuma emenda que garanta isso. Neste ponto, a própria corrente Alternativa (inclui PSTU, PSOL e outras correntes) admite que tal PEC “é muito restritiva, pois prevê estabilidade apenas para quem estava no serviço público em outubro de 1988”. Mas, iludindo os servidores completando: “Ocorre que ela [a PEC 54] entrando em votação, **poderá** ser emendada no plenário do congresso e assim esse prazo **poderá** ser ampliado para anos mais recentes.

Como visto, não levam em conta as deliberações de assembléia. Não querem a garantia do emprego a todos que vivem do

salário, querem sim ter a possibilidade de negociação parlamentar da estabilidade.

### **Estabilidade para todos os servidores já! aplicação imediata da escala móvel das horas de trabalho!**

O POR não defende os concursos seletivos. Diz que têm sido usados pelos governos para demitir servidores. Defende que os empregos sejam mantidos, através da estabilidade. Mas alerta que isso não basta, pois só assegura o emprego de quem está na ativa.

Para que todos tenham emprego não basta a garantia de não ser demitido, tem de haver a garantia de ser admitido. Isso só é possível dividindo as horas de trabalho entre todos aqueles que estão aptos para trabalharem. Essa medida é a ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO.

## **Fortaleza-CE**

# **Balanço da greve do magistério municipal**

Na assembléia dos professores de 31/08/07, os professores votaram o fim da greve iniciada desde 24 de maio. A greve concluiu com uma “meia vitória”. De um lado, conseguiu-se, por meio da paralisação e da luta, que a Prefeitura recusasse na proposta de incluir punições e avaliação desempenho no PCCS. Além disso, reduzir o interstício de progressão por tempo de serviço (de 3 para 2 anos), a certificação mínima para a progressão por capacitação (que era de 360 horas para 240 no primeiro ano e 180 nos demais), incluir os aposentados no PCCS (proposta combatida pela prefeitura reformista) e passar a 47% a regência de classe. Por outro lado, a prefeitura impôs percentuais pífios (25%) para a promoção por titulação (graduação, especialização, mestrado, doutorado), recusou-se a pagar os anuênios atrasados, desconsiderou o tempo de serviço dos professores na hora do enquadramento, extinguiu cargos, a exemplo dos profissionais de ensino médio, e incorporou a gratificação de nível universitário no vencimento base.

Tudo isso nos leva a considerar que houve ganhos e perdas na luta contra a Prefeitura do PT. Desde antes da greve, a categoria demonstrou disposição de luta, embora inferior à da greve de 2006. Mas esta disposição de luta foi levada pela direção majoritária do Sindi-

ute (PT/O Trabalho) para um beco sem saída. Essa direção majoritária, que sai da greve desgastada, não convocou sequer um seminário para discutir a fundo a proposta de PCCS da prefeita e formular uma contra proposta. Chegou ao cúmulo de não rechaçar a proposta de punição que era feita no PCCS, propondo apenas o seu abrandamento. Por fim, tentou até aprovar, sem discussão em assembléia,

algumas contrapropostas rebaixadas para efeito de negociação com a SEDAS/Prefeitura, no que foram impedidos pelas correntes de oposição ao sindicato. Durante a mobilização grevista, a direção majoritária tentou impedir a formação do comendo de greve e fez acordo com Tim Gomes para que a votação do PCCS ocorresse em junho, quando era preciso defender o adiamento para agosto e forçar a prefeitura a novas negociações. Tal conduta da direção de nosso sindicato deixa claro porque a greve do magistério não conseguiu avançar no atendimento de suas reivindicações, algumas até históricas (fim do trabalho aos sábados, reconfiguração da jornada de trabalho para 20h em sala e 20h fora dela em pesquisas, estudos).

O balanço da greve deixa claro que é preciso construir uma nova direção para o Sindiute, uma direção de luta e conseqüente, isto é, revolucionária. A Corrente Proletária na Educação/POR, que participou ativamente da greve, construiu junto a outros setores da oposição o seminário para discutir o PCCS da prefeita e defendeu a construção de uma oposição unificada (fraturada de um lado pelo aparelhismo do PSTU/Conlutas e de outro pela LBI), e faz um chamado aos trabalhadores em educação para construir uma oposição de luta e uma nova direção para os professores.

### **Curso de Formação do Partido Operário Revolucionário/POR Obra: O Programa de Transição de Leon Trotsky**



**Data: 18 de agosto. Local: UECE/Itapery. Bloco: G. Sala: 10. Horário: 16h.**



# Direções burocráticas convocam manifestações para alterar pontos da política governamental

Dois problemas forçam as direções estudantis e sindicais a realizarem protestos: a) Plano Nacional de Assistência Estudantil; b) medidas de Serra contra a educação.

## Plano do MEC

O governo Lula, por meio do Ministério da Educação (MEC), pretende aprovar até o dia 20 de agosto o Plano de Assistência Estudantil. Por meio desse Plano, quer combater a evasão nas instituições federais de ensino. Diz que as medidas são para o ano de 2008 e que gastará R\$ 120 milhões. Para isso, constituirá uma comissão de pró-reitores de assuntos estudantis e comunitários (Andifes) e pretende que a UNE a integre. O objetivo da comissão é fiscalizar os recursos que serão destinado ao Plano.

Segundo o MEC, de 80 alunos que comecem o curso em universidades federais, apenas 7 se formam. Com se vê, é uma evasão escandalosa.

Já em março, o governo federal propunha um conjunto de medidas que tinha como finalidade “modernizar” e melhorar a “gestão”, que previa R\$3,7 bilhões em cinco anos. Entre elas, o aumento do número de alunos por professor e/ou aumento de turmas, criação de mais cursos noturnos e ações para a redução da evasão. Mediante a verba, as instituições deveriam fazer reformas físicas e projetos educacionais, como a adoção do ciclo básico para todos os estudantes que chegam à universidade.

Tomando o mesmo problema, organismos internacionais do imperialismo exigem em nome das melhorias na “qualidade de ensino” e na “permanência” (com o mesmo percentual de aplicação de verbas à educação (menos de 4% do PIB)) o fortalecimento da rede privada. O Relatório “Educação para Todos” (2006), feito pela Unesco, mostrou que dos 121 países pesquisados, o Brasil está em 71º lugar em “qualidade de ensino”.

O governo tem procurado subsidiar os empresários da educação. No entanto, agrava-se a situação com o fato de que parte dos recursos governamentais,

que é usado para custear o Prouni, vem sendo desperdiçado. Mais de 15% dos estudantes do Programa Universidade para Todos abandonam as universidades.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil e as exigências de elevação dos índices de aproveitamento escolar e de redução de evasão mostram a essência da política de Lula para as universidades, que está materializada na Reforma Universitária.

## A UNE diante do Plano

A divulgação do Plano Nacional de Assistência Estudantil levou as burocracias da UNE e UBES a lançarem uma campanha, com o título “Jornada Nacional em defesa da educação pública”. Dizem que os atos ocorrerão entre 20 e 24 de agosto, sendo que a “Passeata em defesa da educação”, que reunirá MST, CUT, Conlute e outros movimentos, será no dia 22.

Afirmaram que na reunião com o Ministro da Educação, Fernando Haddad, o ponto sobre os recursos que serão usados no Plano são insuficientes e defenderam que sejam 200 milhões. Falam que os atos também terão como reivindicação a derrubada do veto do Plano Nacional de Educação (PNE), que previa 7% do PIB à educação. Portanto, não se opuseram efetivamente ao PNAE, mas farão manifestações para forçar o governo a remendá-lo. E não poderia ser diferente.

As direções da UNE e UBES apóiam o governo e não farão mobilizações para impor as reivindicações vitais dos estudantes. O recente congresso da UNE, que aprovou a Reforma Universitária de Lula, é o maior testemunho.

## A Conlute frente à UNE

O que surpreende não é a UNE endossar as propostas do governo, mas a Conlutas e a Intersindical assinarem a convocação da Jornada em defesa da educação pública, que contém as propostas da UNE/UBES e da CUT. Eis algumas delas: a) “controle público do ensino privado em todos os níveis”; b)

“ampliação do investimento da educação pública para no mínimo 7% do PIB”; c) “implementação de políticas de ações afirmativas capazes de reverter o processo histórico de exclusão...com políticas de assistência estudantil para garantir a permanência”; d) “avaliação institucional de educação superior socialmente referendada”; e) “gestão democrática com participação paritária” e “formação baseada no tripé ensino, pesquisa e extensão”. Portanto, um conjunto de reivindicações que não atinge os interesses dos capitalistas da educação e que mantém as avaliações externas (embora acobertada por palavreado reformista), a política de cotas (ações afirmativas) e a farsa do tripé nas universidades.

A reivindicação do controle externo está de acordo com a Reforma Universitária, apresentada pelo governo. Os 7% do PIB para a educação é o mesmo apresentado pelo PT, frente ao governo FHC. As tais ações afirmativas também é uma bandeira do reformismo. A gestão paritária mantém o poder da burocracia acadêmica. O tripé ensino, pesquisa e extensão é brandido até mesmo pelo governo FHC.

O PSTU que rompeu com a UNE para criar a Conlute apóia o programa da burocracia estalinista e reformista para a educação. Justifica a ruptura com a UNE porque essa é um aparelho vazio e que não representa ninguém, no entanto a reconhece como aliada no programa.

A bandeira democrática da escola única, pública e gratuita em todos os níveis por meio da expropriação da rede privada, o PSTU e sua Conlutas já não fala mais. Arreou-a diante do programa de “controle público do ensino privado”.

A Intersindical, maioria do Psol, que rompeu com o PT e não com o programa reformista, não faz senão continuar com suas reivindicações, que também são as da UNE. Por isso, é coerente.

## Combater a linha do reformismo

A Corrente Proletária atua no movi-

mento rechaçando a política do governo para a educação e combatendo as burocracias que a impõem por meio do controle que exercem sobre as organizações estudantis. Os problemas que enfrentam a juventude das camadas oprimidas que alcança o nível superior não dizem respeito unicamente à moradia, ao restaurante universitário (a assistência estudantil), mas a sua sobrevivência.

A maioria não tem trabalho e quando encontra se torna incompatível com os estudos, o que provoca a evasão. Os livros, xerox e outros materiais são caros e há necessidade de tempo livre para frequentar as bibliotecas (que possuem poucos exemplares do mesmo livro). A separação da universidade da produção social a torna imprestável para a maioria. As vagas são limitadas. As cotas para os “excluídos” não solucionaram minimamente o bloqueio ao acesso da maioria e vieram reforçar a política do governo, que é a da privatização e da precarização das condições de ensino nas universidades públicas (mais alunos por professor, não contratação de docentes, ensino à distância etc).

A defesa da autonomia universitária permite a unidade de toda a universidade (estudantes, professores e funcioná-

os) e se choca com o conjunto das medidas governamentais e o autoritarismo da burocracia acadêmica, que se apóia na falácia do tripé: ensino, pesquisa e extensão. A universidade, na sociedade capitalista, é seletiva e portadora de um ensino mecânico e desvinculado da produção social. Por isso, não há reforma que venha do Estado burguês que possa erradicar os males de uma educação de classe.

### **Manobra da burocracia sindical dos professores**

A burocracia sindical pretende também realizar um ato “em defesa da escola pública”, no dia 24 de agosto. Com os argumentos de que Serra “continua adotando ações que não representam melhorias para a qualidade de ensino” e que há “desvalorização dos profissionais por políticas equivocadas”, essas direções convocam a manifestação.

A maioria das entidades apóia o PSDB de Serra e a Apeoesp, o governo Lula. Nenhuma delas se posiciona integralmente contrária à reforma educacional, que vindo sendo imposta no estado desde 1995. Também há concordância de que o método para obter as reivindica-

ções é o das emendas, das conversas com deputados, com intuito de alterar um ou outro aspecto mais gritante das ações governamentais.

Por isso, temos dois problemas: a) arrancar as reivindicações dos governos; b) desmascarar os burocratas que se fantasiaram de defensores da escola pública.

A burocracia só convoca os atos quando esgotam as manobras que tentam fazer por cima da classe. Mas, não podem ir a fundo no método da mobilização, porque não é o seu método. O governo ataca o ensino e o trabalho do professor – e todo o funcionalismo, como mostra a violência de Serra contra os metroviários – e a burocracia pretende corrigir as “políticas equivocadas”.

Não há nada de equívoco. Trata-se da política burguesa na situação de decomposição do capitalismo. Não podendo fazer nenhuma reforma e não podendo atender as reivindicações elementares dos trabalhadores, os governos se mostram reacionários. Conquistas democráticas do passado estão sendo arrancadas pelo Estado. Ao contrário do que propõe as burocracias, é necessário unir os trabalhadores em torno de um programa de reivindicações e de destruição do capitalismo.

## **A luta dos estudantes em defesa do ensino público, gratuito, para todos, laico, científico e vinculado à produção social tem como ponto de partida a defesa das reivindicações mais sentidas, o combate às direções governistas e a mobilização contra os governos e os capitalistas da educação**

A direção nacional da UNE (UJS/PCdoB) convoca a Jornada de Lutas do Movimento Estudantil deste ano tendo como principais metas: a) pressionar o governo para que amplie as verbas de seu Plano Nacional de Assistência Estudantil de R\$ 120 milhões para R\$ 200 milhões; b) regulamentação do ensino privado e c) construção de uma universidade democrática e popular, sintetizada no objetivo de ter 40% das estudantes em universidades públicas.

Essas três metas sintetizam a política da direção da UNE para o movimento

estudantil.

A primeira delas é decorrente de sua integração ao governo Lula. A direção da UNE a tornou em instrumento do governo no interior do movimento estudantil. Por isso, convoca os estudantes a apoiarem o Plano de Assistência Estudantil de Lula, com o adendo de ampliar seus recursos de 120 para 200 milhões. Este adendo serve de disfarce para o seu apoio.

O Plano do governo é que esses recursos sejam administrados pelos pró-reitores de assuntos estudantis e co-

munitários. Ou seja, pela nata da burocracia universitária. O governo chamou a UNE a integrar essa comissão, para lhe dar mais legitimidade diante dos estudantes.

A preocupação do governo é com a alta evasão, considerada um desperdício de dinheiro público. A idéia é ampliar a assistência para segurar alguns estudantes a mais nas universidades federais. De cada 10 mil estudantes, apenas 250 têm assistência. A burocracia tem como objetivo elevar esse número para 1250. De qualquer forma, a maioria estará excluí-

da do direito à moradia, transporte, alimentação etc.

A segunda meta defendida pela direção da UNE é a chamada regulamentação do ensino privado. Ou seja, que o Estado exerça algum controle sobre os capitalistas da educação. O ensino superior brasileiro é mercantilizado. Hoje, são mais de 70% das vagas e mais de 90% das instituições nas mãos dos capitalistas. Como mercadoria, a educação superior responde às leis de funcionamento da economia capitalista. A busca incessante de lucros e a acumulação de capital são parte disso. Por outro lado, a saturação do mercado também é. E com ela as crises e as tendências de fusões e quebra dos mais fracos. A formação de grandes grupos como a Unip é exemplo disso. O Estado é instrumento de gerenciamento dos negócios da burguesia. Por isso não agirá contra os capitalistas. É uma tremenda farsa da direção da UNE a exigência de “controle” sobre os tubarões do ensino. A concorrência do ensino privado com o público tende a destruir este último. A existência do ensino pago é uma condição que impossibilita a conquista do ensino público para todos, porque só quem pode pagar tem ensino privado. Isso se aplica também às vagas do ProUni, que são pagas pelo governo.

A terceira meta é uma comprovação da fraude da segunda meta: ao fixar a obtenção do índice de 40% de vagas para o ensino público, a direção da UNE legitima politicamente o domínio do ensino privado na educação superior. Com ele, se consolida a exclusão da maioria assalariada ao acesso à universidade. E mesmo essa meta é uma fraude, porque não é possível fazer com que os capitalistas da educação aceitem passivamente o encolhimento de seus capitais e lucros, através de medidas governamentais.

Os demais pontos reivindicados pela direção da UNE, como a derrubada do veto ao PNE, gestão paritária e socialmente referenciada, ampliação do investimento público, formação baseada no tripé ensino, pesquisa e extensão, se mostram incapazes de afetar os interesses dos capitalistas da educação. Fica evidente que a direção estalinista não está disposta a mobilizar os estudantes pelas suas necessidades mais sentidas. Pretende se potenciar como interlocutora nas negociações ao redor da política



*Jornada de lutas da UNE: para apoiar o governo Lula e pedir remédios*

governamental.

Chama a atenção que organizações que recentemente romperam com a CUT e UNE com a caracterização de que se tornaram governistas assinem a convocatória das manifestações com as direções lulistas. A Conlutas, Intersindical e Conlute revelam que sua ruptura foi meramente burocrática e aparelhista, pois assumem plenamente a defesa das bandeiras de controle social do ensino privado da direção estalinista e rejeitam as bandeiras de confronto com os capitalistas do ensino privado.

A Corrente Proletária atua no movimento rechaçando a política do governo para a educação e combatendo as burocracias que a impõem por meio do controle que exercem sobre as organizações estudantis. Os problemas que enfrenta a juventude das camadas oprimidas que alcança o nível superior não dizem respeito unicamente à moradia, ao restaurante universitário (a assistência estudantil), mas a sua sobrevivência. A maioria não tem trabalho e quando encontra se torna incompatível com os estudos, o que provoca a evasão. Os livros, xerox e outros materiais são caros e há necessidade de tempo livre para frequentar as bibliotecas (que possuem poucos exemplares do mesmo livro). A

separação da universidade da produção social a torna imprestável para a maioria. As vagas são limitadas. As cotas para os “excluídos” não solucionaram minimamente o bloqueio ao acesso da maioria e vieram reforçar a política do governo, que é a da privatização e da precarização das condições de ensino nas universidades públicas (mais alunos por professor, não contratação de docentes etc). A defesa da autonomia universitária permite a unidade de toda a universidade (estudantes, professores e funcionários) e se choca com o conjunto das medidas governamentais e o autoritarismo da burocracia acadêmica, que se apóia na falácia do tripé: ensino, pesquisa e extensão. A universidade, na sociedade capitalista, é seletiva e portadora de um ensino mecânico e desvinculado da produção social. Por isso, não há reforma que venha do Estado burguês que possa erradicar os males de uma educação de classe.

A conquista de cada reivindicação estudantil depende de muita luta e mobilização, do enfrentamento aos governos e capitalistas da educação e da ligação do movimento à luta mais geral dos explorados pela destruição revolucionária do capitalismo pela revolução proletária, socialista.

## Rondônia

# Fortalecer o movimento grevista

Os trabalhadores em educação de Rondônia aprovaram a greve, no dia 06 de agosto. O governador, Ivo Cassol (PPS), diz que não vai atender as reivindicações dos grevistas.

A greve foi sendo protelada, pois desde o começo do ano havia disposição, mas a burocracia do sindicato procurou negociar com o governo através de comissões. Nada foi arrancado e, por isso, os trabalhadores mais radicalizados decidiram em assembléia a greve.

### Burocracia do sindicato põe fim à ocupação

No dia seguinte, após a deflagração da greve, os manifestantes ocuparam a Assembléia Legislativa. O motivo foi o de 21 deputados terem derrubado um artigo da Constituição estadual, que dava direito aos trabalhadores em educação a um reajuste de 10% anual, além do reajuste geral de salários que foi concedido aos servidores do poder executivo. Ao invés de aumento salarial, a educação teve um decréscimo em torno de 35% dos seus salários, correspondente a uma gratificação que havia conquistado. A ocupação teve o objetivo de exigir a revogação do artigo e fortalecer as demais reivindicações. A partir da ocupação, as sessões dos parlamentares foram inviabilizadas, devido os manifestantes permanecerem no local por 30 horas, até a capitulação da diretoria do Sintero.

Para se sentirem livres do “incômodo”, os deputados trataram de procurar o comando de greve e propuseram um acordo prometendo intermediarem uma negociação com o governador. O comando cedeu às pressões dos deputados.

### Combater as pressões do governo e dos seus colaboradores com ação direta

No dia 03 de agosto, o professor Flávio Araújo iniciou uma greve de fome, em frente da Assembléia Legislativa, local de concentração dos grevistas após a desocupação da Assembléia Legislativa.

O governador, sentindo-se acuado frente à greve, que conta com 70% de adesão, e com a intenção de intimidar os manifestantes, utiliza de todos os tipos de pressão contra as ações dos trabalhadores. Entrou na Justiça para acabar com a greve; mandou documento para as escolas com ameaças de retiradas de gratificações; declarou na imprensa que “quem deve receber aumento é só quem trabalha”; divulgou na televisão um chamado aos pais para mandarem seus filhos para à escola. Para isso, conta com o auxílio dos diretores das escolas, que receberam

gordos aumentos em suas gratificações, que atingiram até 116%. Tudo na tentativa de desmobilizar o movimento grevista.

No município de Rolim de Moura, onde o governador já foi prefeito e tem como o quintal da sua casa, a greve está forte. Há denúncias contra a direção da escola Cândido Portinari pelo abuso de poder, coagindo os alunos, ameaçando de levar a faltas deles para o conselho tutelar. Na Escola Carlos Drummond de Andrade, os manifestantes, junto à coordenação regional do Sintero, marcou uma reunião com os pais para discutir sobre os motivos da greve, mas encontraram a escola fechada.

Já em Vilhena, quando os professores chegaram à Escola Zilda da Frota Uchoa, a diretora Fátima Bodanese, chamou a polícia. O que fez aumentar a revolta dos grevistas. Caso semelhante ocorreu em Porto Velho, quando os alunos da Escola João Bento também foram coagidos pelo diretor que chamou a polícia.

Os grevistas chamam os alunos e os pais a defenderem a escola pública, que passa pela melhoria das condições de salário. Conclamam a unidade contra as ameaças do governo e dos diretores serviçais. Rechaçam os métodos que não são próprios dos trabalhadores e defendem a ação direta para arrancar as reivindicações.

A Corrente Proletária da Educação defende:

- \* Não aceitar nenhum acordo que venha a enfraquecer o movimento;
- \* Fortalecer o comando de greve, revezando equipes de organização;
- \* Fazer piquete em frentes das escolas que ainda estão não aderiram à greve;
- \* Defesa de emprego e trabalho para toda juventude e pais de família, com salário mínimo vital de R\$ 2.500,00;
- \* Salário mínimo vital, como piso salarial para todos os trabalhadores;
- \* Incorporar gratificações e bônus ao salário-base;
- \* Que os aposentados tenham assegurado os reajustes de salários iguais aos trabalhadores em atividade, com o salário mínimo vital;
- \* Emprego a todos por meio da implantação da Escala Móvel das Horas de Trabalho (divisão das aulas por todos os aptos ao trabalho, para combater o desemprego);
- \* Vinculação da escola com a produção social – emprego e estudos a todos os jovens (4 horas na produção e 4 horas na escola);
- \* Assembléias democráticas, unidade com os demais explorados e o método da ação direta;

# Metalúrgicos: Por uma verdadeira campanha salarial nacional unificada

O congresso da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (CNM-CUT) definiu uma campanha salarial nacional unificada, dizendo que desta forma pretende defender a unidade dos metalúrgicos de todo o país. Porém, na Tribuna Metalúrgica de 6 de junho de 2007, o presidente da CNM-CUT, Carlos Alberto Grana, explicou que a unidade que eles defendem não significa “as mesmas lutas ou pautas iguais em todos os estados”.

A campanha salarial nacional unificada que o presidente da CNM-CUT Carlos Alberto Grana diz está organizando é uma farsa. Dizemos isso porque para que aconteça uma verdadeira campanha salarial nacional unificada é preciso defender:

**Primeiro:** Pauta única de reivindicação, que seja aprovada nas assembleias gerais em todos os estados.

**Segundo:** Piso salarial de R\$ 2.500,00 para os metalúrgicos de todo o país, que significa um salário mínimo vital, que atenda as necessidades de todos os trabalhadores e suas famílias.

**Terceiro:** A mesma forma de luta, que deve se dar através da ação direta (greves, ocupações das fábricas, manifestação de ruas), como única forma de arrancar as reivindicações dos patrões.

Uma prova de que a CNM-CUT não quer organizar uma luta unificada é a campanha salarial aqui nos metalúrgicos do ABC, que acontece de forma totalmente dividida. A direção do sindicato dos metalúrgicos do ABC, que é filiada à CNM-CUT, não convocou uma assembleia geral para aprovar uma pauta e mesa única de negociação, e desta forma fazer uma luta unificada dos metalúrgicos do ABC. A direção do sindicato dividiu os metalúrgicos em vários grupos: Montadoras, Autopeças, Fundação etc. Agora estão negociando separadamente com cada grupo. Além disso, a direção do sindicato foi para a mesa de negociação sem levar uma proposta definida de quanto exigem como reajuste salarial. Definiram apenas que querem a reposição da inflação e aumento real. Como não têm uma proposta a ser reivindicada depois de várias reuniões continuam implorando para que os patrões concedam algumas migalhas de reajuste, para que ponham fim à campanha salarial. O miserável reajuste que conseguirem a inflação logo irá comer e os salários continuam defasados.

**Todos os trabalhadores têm as mesmas necessidades.**

**Portanto, precisamos defender um piso salarial de R\$ 2.500,00 (salário mínimo vital)**

O Dieese fez uma pesquisa chamada “do salário às compras” que prova que a desigualdade salarial é grande para um custo de vida semelhante em todo o país. O Dieese realizou a pesquisa de preços em todas as regiões brasileiras que possuem empresas do ramo metalúrgico. A pesquisadora do Dieese (Adriana Marcolino) diz que existe uma diferença salarial muito grande para trabalhadores que exercem a mesma função em diferentes pontos do país. Segundo ela isso acontece devido aos acordos regionais feitos entre os patrões e os sindicatos.

Aqui no ABC existem vários trabalhadores fazem a mesma função com salários diferenciados. E por que isso? Porque a direção do sindicato pelega negocia com os patrões acordos que lhes permitem contratar trabalhadores ganhando menos. Ano passado, por exemplo, a direção do sindicato negociou um acordo que permite a Volks contratar trabalhadores ganhando R\$ 1.030,00. Hoje, esses companheiros estão na produção ao lado de outros que ganham mais.

A pesquisa feita pelo Dieese mostra ainda que o custo de vida dos trabalhadores nas montadoras de Sete Lagoas, em Minas Gerais, e os de São Paulo são os mesmos. Segundo a pesquisa, o salário necessário para manter as despesas (alimentação, educação, saúde, aluguel, lazer, cultura, água, luz, telefone etc) de uma família de quatro pessoas deve ser de R\$ 2.554,00 reais. O pior é que, mesmo de posse dessa pesquisa que mostra o quanto um trabalhador precisa para manter sua família, a CNM-CUT aprovou na pauta da campanha salarial um piso nacional de apenas R\$ 1.300,00. Será que a CNM-CUT quer realmente combater a diferença salarial para a mesma função e defender um salário mínimo vital para todos os trabalhadores? Certamente não. Se quisessem organizariam os trabalhadores de todo o país em defesa de um piso salarial de R\$ 2.554,00. Se fizessem isso certamente retiraríamos nossa proposta de R\$ 2.500,00 como piso salarial e apoiariamos a luta pelos R\$ 2.554,00.

Para os metalúrgicos do ABC e de todo

o país, a defesa de um piso salarial de R\$ 2.500,00 e as assembleias gerais para unificar a luta em todos os estados imporia uma força capaz de combater os salários de miséria, o arrocho salarial e as demissões que estão sendo impostas pelos patrões. Além disso, a luta unificada dos metalúrgicos de todo o país colocaria em cheque a política do governo burguês de Lula que faz demagogia dizendo que governa para os pobres, quando na verdade ajuda os banqueiros, industriais e latifundiários a lucrarem bilhões as custas da miséria dos trabalhadores.

A CNM-CUT não faz uma verdadeira campanha salarial nacional unificada, pois ao fazer uma luta nacional unificada esbarraria na política do governo Lula que eles apóiam e que injeta dinheiro para as multinacionais aumentarem as exportações a juros subsidiados pelo PAC/BNDES. Esbarraria também nos acordos de redução de salários, salários diferenciados, terceirização e na precarização dos contratos de trabalho que eles mesmos fazem com o patronato. Está aí porque a CNM-CUT mente ao dizer que farão uma unidade nacional dos trabalhadores de todo o país. Na verdade, as campanhas salariais continuam divididas por setores.

Diante do ataque brutal do capitalismo aos trabalhadores (desemprego, arrocho salarial, redução de salários, terceirização etc), a unidade da classe operária e demais oprimidos é mais do que necessária.

Porém, a unidade não pode ficar no palavrado da burocracia sindical traidora. Os metalúrgicos precisam tomar as rédeas da campanha salarial em suas próprias mãos exigindo:

**·Piso salarial de R\$ 2.500,00 (salário mínimo vital), 10% de reajuste para quem ganha mais de R\$ 2.500,00.**

**·Renovação das cláusulas sociais (estabilidade no emprego aos portadores de doenças profissionais e acidentados no trabalho etc).**

**·Fim da divisão dos metalúrgicos em grupos. Pauta e mesa única de negociação para todos os metalúrgicos.**

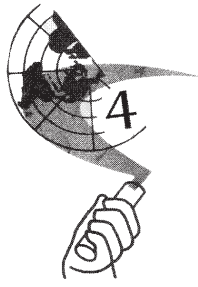
**·Combater o desemprego por meio da escala móvel das horas de trabalho, que significa a divisão das horas necessárias para produzir entre empregados e desempregados, sem redução nos salários.**

**·Assembleia geral para unificar a luta e defender as reivindicações por meio da ação direta como era feito na década de oitenta. Lembram?**

## Nesta edição:

- O M.A.S. e a direita são a mesma porcaria!!! São vendidos e politiqueiros incapazes de dar pão e trabalho aos explorados!!!
- Será possível realizar a revolução social boliviana?
- As autonomias e a educação

# Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



## O M.A.S. e a direita são a mesma porcaria!!! São vendidos e politiqueiros incapazes de dar pão e trabalho aos explorados!!!

Dá nojo ver a cada dia a direita e o M.A.S. se declararem defensores da “democracia”, da “unidade da pátria” etc., sendo que passaram pela história como os desgraçados que submeteram a Bolívia aos negócios sujos das multinacionais (imperialismo) e à burguesia vendida (empresários privados).

Uma direita formada por latifundiários, empresários, banqueiros etc., enfim, grandes proprietários, que conspiram contra os explorados, subindo os preços para desgastar o governo, que se diz revolucionário, de Evo Morales, que já não sabe como convencer à direita e o imperialismo que é seu melhor aliado, que respeita a grande propriedade privada burguesa dos meios de produção, que se arrasta ante o empresariado privado e seus representantes políticos que conspiram todo o tempo contra ele, mendigando seu apoio e buscando um acordo em troca de ceder cada

vez mais ante suas exigências, deixando de lado suas fracas propostas reformistas que em nada mudam a essência da sociedade burguesa exploradora, que segue a política de entrega dos recursos naturais às multinacionais a título de sociedade mista com elas (Mutún e outros recursos do país).

Tudo isto é a prova contundente da falácia da política do M.A.S., que quis vencer os explorados sobre a possibilidade de uma “revolução na democracia”, em comum acordo com os exploradores nativos e estrangeiros com base nas “eleições, constituintes etc.”. A verdade é que somente com uma revolução esmagaremos a direita e o Imperialismo, tomando suas grandes propriedades para transformá-las em propriedade social de toda a sociedade, para dar pão e trabalho a este país.

É hora de mandar ao diabo a direita reacionária e os demagogos masistas, que se rebaixam diante dela, e seguir o programa

proletário que a Assembléia Popular de 1971 aprovou, a formação do governo operário e camponês de todos os explorados, esmagando com as armas aos exploradores:

Não às traições do M.A.S., imporemos o governo operário e camponês, a ditadura proletária dos explorados contra os exploradores.

A partir dos órgãos de poder das massas, nós explorados governaremos sem as falcatruas de Constituintes nem caricaturas democráticas burguesas.

Morra a constituinte e toda a democracia dos ricos!!

Com o partido operário revolucionário caminharemos para o socialismo!!

Fazer a revolução e ditaduras proletárias!!

(Extraído do Masas boliviano 2048, de 10/08/2007)

## Será possível realizar a revolução social boliviana?

A burguesia e a maioria dos ideólogos, que são seus lacaios, sustentam com insistência que na Bolívia é inconcebível uma revolução dirigida pelo proletariado, que essa revolução social não pode acontecer por causa do atraso econômico-social do país, que ainda não conhece o pleno desenvolvimento capitalista, o que se traduz na baixíssima porcentagem do proletariado com referência às massas populares e nações nativas.

Em nossos dias na Bolívia, temos um exemplo gritante a respeito. O mau chamado “Movimiento al Socialismo” (M.A.S.), que se apresenta como direção do campesinato em seu conjunto, apesar de ser comandado por um bando de pequeno-burgueses de vergonhosa história a serviço de partidos reformistas e direitistas, vem proclamando a partir do Palacio Quemado que como governo defende nada menos que a propriedade privada em todas suas dimensões (a grande, a pequena e a média). Esta é uma confissão de que o governo vestido de poncho é um servo da burguesia criolla, que se arrasta aos pés do imperialismo.

Evo, na sua campanha de salvador dos camponeses famintos, prega aos gritos que concede lotes de terra a seus irmãos que não têm onde cultivar seus alimentos e assim os converte em pequenos

proprietários e excepcionalmente em proprietários médios. Esquece comodamente a regra mestra da sociedade capitalista-burguesa que diz que OS PODEROSOS EMPRESÁRIOS ENGOLEM INCESSANTEMENTE OS PEQUENOS E MÉDIOS PROPRIETÁRIOS. Por este caminho, os camponeses e médios proprietários acabarão sendo convertidos em escravos dos burgueses.

A pré-história e a história boliviana e internacional ensinam que as forças mestras decisivas, que conformam e destroem as sociedades humanas sem classes (igualitárias) e classistas (com oprimidos e opressores) SÃO A PROPRIEDADE SOCIAL (da sociedade e de nenhum dos membros como sua própria) E A PROPRIEDADE PRIVADA DOS MEIOS DE PRODUÇÃO.

Certas regiões e núcleos indígenas mostram alguns traços do comunismo primitivo, mas os governantes que se apresentam como guardiões das tradições se comportam como inimigos do primitivismo comunista distante e campeões do modernismo capitalista do presente.

É uma lástima que alguns que se apresentam disfarçados de revolucionários esqueçam o que escreveu Lênin em 1918: “Se nossa revolução é burguesa devemos marchar com o campesinato em

seu conjunto ... A princípio com 'todo' o campesinato contra a monarquia, contra os proprietários, contra o medievalismo (e, até neste ponto, a revolução segue sendo burguesa, democrático-burguesa). Depois, com o campesinato mais pobre, com o semiproletariado, com todos os explorados contra o capitalismo, que significa também contra os camponeses ricos, os 'kulaks' e os especuladores; e neste aspecto, a revolução se converte em socialista. A maior perversão do pensamento marxista, sua vulgarização, sua substituição pelo liberalismo, significa colocar uma muralha chinesa entre uma e outra revolução, separar uma e outra por outro elemento que não seja o grau de preparação do proletariado e o grau de unidade pelos camponeses pobres".

O.M.A.S. que diz ser a essência do campesinato, de seu passado

## As autonomias e a educação

A grande disputa entre a Meia Lua (região das províncias mais desenvolvidas cujas burguesias almejam a separação com o resto do país) e o governo está no fato de que a primeira exige o cumprimento do referendo vinculante majoritário em toda a região oriental, incluindo Tarija, e o governo busca a diminuição do poder das autonomias departamentais incorporadas às dos "povos originários", dos ayllus e outras estruturas econômicas sociais menores, e colocá-las no mesmo nível que as departamentais e municipais. Não temos dúvida que este enfrentamento tenha uma conotação extremadamente mesquinha, o problema é saber quem maneja o dinheiro para potencializar-se politicamente frente ao oponente. A burguesia da Meia Lua diz reconhecer as autonomias dos povos originários, das regiões, as capitâncias, etc., mas subordinadas aos departamentos. Seu interesse está no fato de que o governo entregue os recursos que correspondem a estas estruturas ao Departamento para que estes, por sua vez, os distribuam aos municípios, povos originários, etc.

Por seu lado, o governo, quando fala que as autonomias dos povos originários devem estar no mesmo nível que as departamentais, está mostrando que será o Estado quem distribuirá os recursos diretamente, sem passar pelos departamentos.

Ambos os enfoques em disputa significam, igualmente, uma descentralização administrativa do uso dos recursos que o Estado gera através de impostos, taxas e outros. Fato que mostra para que os departamentos, os municípios, os povos originários, regiões, capitâncias, ayllus, etc. querem assumir as responsabilidades de administrar os serviços. A maior parte do bolo que gera o Estado, sempre miserável para o tamanho das necessidades materiais do país, passa pelas mãos deles para que, com as miseráveis migalhas que lhes sobrem, assumam a responsabilidade de atender o conjunto das necessidades de sua jurisdição. O Estado central lhes dirá "isto é tudo o que podemos dar, agora vejam como vocês resolvem o financiamento da educação, da saúde, do serviço de água potável, da iluminação pública, das pavimentações de rua", etc.

Esta maneira de administrar o país, que não é outra coisa que a repetição da concepção neoliberal de encolher o Estado para convertê-lo simplesmente em uma entidade normativa que garanta segurança jurídica para os investidores privados, pois eles cumprirão o papel fundamental de sócios do Estado na exploração de uma parte dos recursos naturais, não tem nada de novo. Da mesma forma que no passado, querem nos fazer acreditar que a desconcentração da administração é o "aprofundamento da democracia" e, algo pior, que o reconhecimento dos povos originários é colocar na mão dos explorados agrícolas o destino da política nacional e o futuro do país.

É neste contexto que adquire sentido o caráter descentralizador da educação na Lei "Siñani-Pérez" e que os camponeses originários acreditem que, pela primeira vez, estará em suas mãos o destino da educação nacional.

e de seus interesses e objetivos, NÃO DEVERIA IGNORAR QUE FORAM OS ESPANHÓIS INVASORES, NOS SÉCULOS XV E SEQUINTE, OS QUE IMPUSERAM A PROPRIEDADE PRIVADA DA TERRA, para entregá-la aos invasores escravizadores, E PULVERIZARAM A PROPRIEDADE SOCIAL, BASE DO COMUNISMO.

Se os masistas acreditassem na centésima parte do que sustentam e oferecem para a sociedade, já deveriam ter derrotado o capitalismo e assentado as bases da propriedade social, que serve de base material da sociedade comunista. Os que se separam desta linha econômico-política são lacaios da grande propriedade privada, do imperialismo escravizador.

(*Extraído do Masas boliviano 2048, de 10/08/2007*)

### A descentralização significa uma maior degradação da educação

Atualmente, devido a muitos fatores que fazem parte da crise estrutural do sistema capitalista, a educação se encontra em uma crise universal que se expressa como uma educação repetitiva, mecânica e memorística devido à separação do sujeito social e historicamente determinado com o verdadeiro objeto do conhecimento em permanente mudança e transformação, uma educação que não traz conhecimento e freia o desenvolvimento integral de todas as potencialidades adormecidas no ser humano, uma educação que se orienta à super-especialização e à robotização do homem como consequência do modo de produção capitalista, etc. A isto se somam as consequências da crise econômica que privam de alimentação, previdência social, etc., as famílias, o aluno e os professores.

A descentralização, por ser a educação um fenômeno superestrutural, refletirá, de maneira natural, as particularidades regionais. Temos dito que neste país coexistem, lado a lado, o atraso e o desenvolvimento, modos de produção primitivos que sobrevivem do passado e a aplicação da tecnologia mais avançada no setor da economia capitalista (minas, combustíveis, e as poucas indústrias nos centros urbanos, etc.). Esta realidade econômica e social complexa se refletirá na natureza e na qualidade educativas, surgirão formas educacionais de primeira classe nos centros urbanos, de segunda nas províncias e de terceira no campo. Nas regiões mais distantes e atrasadas, obrigatoriamente se imporá a concepção animista, que consiste em dar vida e espiritualidade aos fenômenos da natureza, o que desemboca numa religião panteísta.

A lei "Siñani-Pérez", com sua "participação comunitária popular" "dar poder" aos "conselhos comunitários" em todos os níveis do sistema educativo e lhes reconhece a capacidade não somente de intervir e decidir sobre os aspectos administrativos, mas também de incorporar ao currículo os usos e costumes, as manifestações culturais e as concepções animistas da realidade. As decisões que tomem serão de cumprimento obrigatório por parte da administração educacional e dos docentes. Por este mecanismo, sobretudo a educação no campo, sofrerá uma queda em sua qualidade com prejuízo ao conhecimento e da ciência universal.

A concepção da "intra e interculturalidade", primeiro a afirmação e a revalorização do nosso para depois conhecer aos demais e complementar-se com seus "saberes" e culturas, amarra o processo educativo ao passado e à tradição que não é outra coisa que a reprodução do atraso pré-científico no campo. Para o plano educativo do MAS, a auto-afirmação das nações originárias significa mantê-las congeladas em suas tradições e formas de produção atrasadas, causa da miséria atual do explorado agrícola. Trata-se, pois, de uma concepção conservadora e retrógrada.

(*Extraído do "Masas" boliviano 2048 de 10/08/2007*)